

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 11 • 1993

DIRECTOR

A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Almada Negreiros in Silva Tavares, *Roteiro da Mocidade do Império*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas, Agência-Geral das Colónias, 1938, p. 23. Cortesia da Livraria Histórica e Ultramarina e do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Fotolitos e Impressão: Joerna

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: 28 de Maio de 1993

Depósito Legal: 49152/91

ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: (1) 796 97 13

Fascismo, Modernismo e Modernização

Stanley G. Payne

Departamento de História, Universidade de Wisconsin-Madison

Tem sido observado, algumas vezes, que o fascismo foi o único novo movimento político significativo da primeira metade do século XX. Como fenómeno político singularmente novo, presumiu-se estar relacionado, de uma maneira ou de outra, com o grande processo de modernização em curso na Europa desse tempo. Não existe, porém, um consenso entre os historiadores quanto ao carácter dessa relação. Um investigador italiano observou recentemente:

Existe, actualmente, um amplo consenso entre sociólogos políticos, que o fascismo está conjugado, de certa maneira, a uma interacção patológica entre modernidade e atraso. Que é, por outras palavras, uma das possíveis permutações da modernização.

Todavia, há menos unanimidade quanto às características mais importantes dessa modernização. A que categoria de «modernidade perversa» é que ela pertence?¹

Uma maneira de encarar o fascismo tem sido a sugestão de que era um fenómeno moderno, mas que apesar disso estava fortemente, e porventura principalmente, moldado por atitudes e valores antimodernos. Apesar de James Burnham ter reclamado cedo que o fascismo era um dos aspectos da revolução administrativa moderna², para Talcott Parsons o fascismo representava uma forma radical de resistência à modernizaã. A exposição mais sagaz dessa tese tem sido apresentada por Henry Turner⁴. Interpretações destas derivaram, principalmente, mas não exclusivamente, do caso alemão e referem-se a aspectos do nacional-socialismo, como a sua oposição à emancipação, igualitarismo, racionalismo, cienticismo, urbanismo e feminismo. Em geral, o fascismo seria assim entendido como o género de movimento radical de massa que, principalmente, se opunha ao modernismo, ao contrário do comunismo e de outros movimentos que incitaram significativamente a modernização.

Como é o caso de todos os conceitos monocausais e unireferenciais do fascismo, este é igualmente simples e fortuito, e demasiado fraco para tratar dum conjunto tão complexo de fenómenos, mas, visto que está perto do centro de muitos debates sobre o fascismo, merece um exame mais detalhado. O próprio tópic da modernidade, em primeiro lugar, é muito complexo e controverso; além disso, no fim do século XX,

determinados aspectos-chave daquilo que geralmente era considerado como as principais características da modernidade tornaram-se bastante impopulares, embora isso não implique que a maior parte do mundo desenvolvido se encaminhasse para o fascismo.

Estamos em terreno mais seguro se começarmos com uma definição de modernidade em termos de industrialização, urbanização, secularização e racionalização. Na nossa discussão, tratar-se-ão de outros elementos também, mas os quatro processos mencionados (que são usualmente inter-relacionados) constituem o aspecto central daquilo que é referido como modernização pela grande maioria dos cientistas sociais. É de notar que alguns teóricos da modernização tenderam a considerar o fascismo como relacionado positivamente com o processo de modernização, mas a sua discussão é demasiado geral e limitada para ser de utilidade prática⁵. Para o nosso fim, começaremos por examinar os programas, doutrinas e propaganda de alguns dos principais movimentos fascistas⁶, para, em seguida, tratar da política e do desempenho real dos únicos dois regimes geralmente considerados fascistas, concluindo com uma avaliação dos desígnios finais desses regimes.

O fascismo deve ser considerado como o produto duma certa fase da história contemporânea europeia em alguns países. Nesta fase, coincidiram a influência intelectual e filosófica da «crise intelectual da década de 1890»⁷ (a revolta contra o materialismo, o cientismo, o liberalismo e o racionalismo do século XIX), o período mais extremo das aspirações nacionalistas europeias, o enfraquecimento dos velhos impérios, a ascensão de novos estados modernizadores formados durante a década de 1860, uma era de competição económica internacional com impulsos orientados para a autarcia, a primeira geração de *mass media* e propaganda de massa, e a proliferação de um novo nível intermédio de tecnologia militar moderna — isto tudo tendo um clímax na era das guerras mundiais. O fascismo, como fenómeno tardio entre os movimentos políticos modernos, manifestou maior vigor nos países em desenvolvimento mais novos, que se tinham constituído ou reconstituído a partir de 1860, e todos sentiram uma considerável dificuldade na modernização, ou ainda não completaram inteiramente a sua completa modernização em todas as esferas (inclusive as esferas políticas e imperiais). Os países que tinham completado, largamente, a modernização económica e política comparativa pelo início do século XX, não estavam sujeitos primariamente à tentação fascista, enquanto outras terras em áreas não europeias só mais tarde passaram por uma fase similar, quando o ambiente cultural e histórico tipicamente fascista já tinha desaparecido. Assim, o fascismo pode ser considerado como uma tendência um tanto particular comum a um número (mas, em caso nenhum, todos) das sociedades políticas europeias mais novas que ainda não tinham realizado uma plena modernização em todos os aspectos fulcrais, segundo as normas do início do século XX.

O caso paradigmático do fascismo italiano parece bastante claro durante a sua primeira fase. O principal grupo de doutrinários fascistas tinha raízes no sindicalismo revolucionário, e o aspecto central da sua ruptura com o marxismo não era

meramente o princípio do nacionalismo, mas também o conceito de coordenação relativa das classes na realização de uma maior produtividade geral e de uma economia modernizada⁸. O programa fascista original abrangia modernização económica combinado com uma distribuição mais igualitária, redução das elites tradicionais, secularização sem piedade, direito de voto para as mulheres e renovação rápida da cultura italiana. Em assuntos de cultura e de arte, o fascismo italiano dos primeiros tempos estava completamente identificado com a vanguarda.

Em dois anos, o fascismo original perdeu a sua identidade de quase esquerda, mas o recurso para uma acomodação com a direita não implicava a oposição à modernização. O secularismo extremo, por exemplo, já não veio a ser tão realçado quando as bases do entendimento político com a Igreja se desenvolveram, mas o fascismo manteve-se secularista e anticlerical. A renovada ênfase na cooperação entre as classes sociais não estava oposta ao desenvolvimento moderno mas de facto foi acentuada como o seu indispensável pré-requisito. Em termos fascistas, Lenine foi denunciado não por ser um revolucionário mas por praticar um colectivismo de estado meramente de uma só classe, o proletariado, inadequado para promover as amplas forças do desenvolvimento moderno.

O principal historiador do fascismo italiano, Renzo de Felice, tende a ver o fascismo como uma força genuinamente moderna e igualmente modernizadora, em certos aspectos herdeiro de impulsos centrais da Revolução Francesa. De Felice denota que estas qualidades eram mais fortes na fase do fascismo como movimento, mas que também estavam presentes, em vários graus, durante o subsequente regime de Mussolini⁹.

Neste sentido, as atitudes do Movimento Nacional-Socialista inicial eram muito mais ambivalentes. A Alemanha era muito mais urbanizada e industrializada, e, em reacção a isto, uma ampla corrente de atitudes culturais chamadas *völkisch* («nacional-popular», nota do tradutor) já se tinha desenvolvido. O nacional-socialismo identificava-se amplamente com essa forma de cultura etnicista e ambientalista, que, naquela altura, praticamente não tinha contrapartida em Itália. *Grosstadtfeindlichkeit* (hostilidade às grandes cidades, nota do tradutor) não era uma invenção nazi mas foi explorada directamente enquanto que a ameaça de *bigness* na organização industrial e comercial foi combatida vigorosamente.

Todavia, acentuar só estes aspectos deforma consideravelmente a perspectiva geral. De facto, o nacional-socialismo tentou, com um êxito surpreendente, apelar a todos os principais sectores da sociedade alemã, de maneira que os ideais da ruralidade e da pequena-escala coexistiram com tendências profundamente contraditórias e distintas. Ian Kershaw conclui correctamente:

«A recente investigação das bases sociais do apoio aos nazis antes de 1933 minou, de facto, completamente, as generalizações anteriores sobre o carácter atrasado e reaccionário (num senso literal) do apoio de massa ao nazismo, e realçou a motivação forte e dinâmica para uma radical mudança social e inegáveis tendências e aspirações «modernas» entre o apoio socialmente heterogéneo ao NSDAP.»¹⁰

No seu início, o nacional-socialismo não era produtivista no sentido fascista mas, realmente, semi-socialista na sua reclamação de redistribuicionismo mediante a nacionalização das empresas industriais e o parcelamento dos latifúndios. O inteiro programa hitleriano, obviamente, ia muito mais além dos Vinte e Cinco Pontos originais do partido, e será discutido em seguida.

Os programas dos movimentos fascistas variaram muito no que diz respeito aos principais aspectos da modernidade e ao processo de modernização. A noção que quanto mais atrasado era o país, tanto mais os seus próprios fascistas estavam interessados em questões de desenvolvimento não parece ter sido válida.

Os dois partidos que mais enfatizaram a teoria económica e o desenvolvimento foram, provavelmente, dois dos mais sofisticados e nos países mais avançados: a British Union of Fascists, de Sir Oswald Mosley, e o Parti Socialiste de France, de Marcel Deat¹¹. Pode-se dizer que, para Mosley, um dos aspectos principais da atracção do fascismo assentou na sua convicção que providenciase os meios mais úteis para vencer aquilo que ele considerou como estagnação económica e potencial de modernização da Grã-Bretanha¹². O primeiro movimento categoricamente fascista francês, «Le Faisceau», de Georges Valois, realçou fortemente temas de modernização, racionalização, planeamento, tecnologia e uma nova prosperidade das massas para ser construída pelo nacional sindicalismo radical. O Parti Populaire Français, de Doriot, acentuou igualmente, até certo ponto, o papel da tecnologia¹³. A Falange espanhola reconheceu a necessidade de modernização económica no seu programa, ainda que tivesse dificuldade em identificar propostas de prioridades concretas para a sua realização¹⁴. A cultura de modernidade foi rejeitada mais fortemente pela legião romana do Arcanjo Michael, que teoricamente procurava uma ressacralização da vida (um pouco como um movimento neo-fundamentalista islâmico), mas até a legião reconheceu a necessidade de um desenvolvimento económico e de uma industrialização moderna.

Muito se tem feito — ou pelo menos tentou-se fazer — no que diz respeito às bases de apoio social aos movimentos fascistas¹⁵. Tais inquéritos não dão, por si só, provas decisivas sobre a relação entre fascismo e modernização. Os fascistas italianos mobilizaram, em primeiro lugar, sectores das classes médias, com uma componente agrária importante. O nacional-socialismo dependia, proporcionalmente, menos da classe média, tendo mais apoio dos operários e até dos agricultores¹⁶. A Legião do Arcanjo Michael era um movimento de estudantes e de lavradores, enquanto a Falange espanhola era, principalmente, um movimento de estudantes, e a Arrow Cross mobilizava parte dos operários e um grande número de lavradores pobres. O sector social mais susceptível a prestar apoio aos fascistas era, ao que parece, o dos estudantes universitários, presumivelmente uma classe moderna e modernizadora.

Obviamente, é mais proveitoso tratar das políticas e prioridades dos dois regimes fascistas do que imiscuir-se em debates abstractos sobre os pontos da teoria programática ou da propaganda. A opinião de que o Governo de Mussolini, uma vez

no poder, manteve um programa vigoroso e efectivo de modernização é exposta com um rigor especial por A. James Gregor¹⁷. Está fora de dúvida que a política estatal italiana, durante os primeiros anos do regime, tenha realçado a racionalização e o desenvolvimento económico, e que os anos 20 foram um período de crescimento rápido para a Itália, como o foram para a maior parte do mundo ocidental. Os críticos têm insistido no declínio do salário real dos operários que se produziu nessa década, enquanto outros investigadores argumentaram que isto foi contrabalançado parcial ou até inteiramente por um aumento dos benefícios na margem. Mais conclusivo foi o inquérito dos hábitos alimentares, que revelou que, «pela primeira vez na história da Itália, as classes altas, no Norte, consumiram menos calorias por dia que as mais pobres — uma indicação segura de prosperidade»¹⁸ «Cada ano, os soldados recrutados estavam mais altos, outra boa indicação duma dieta e higiene melhores»¹⁹, embora os recrutados proviessem desproporcionalmente do Sul atrasado. «Os gastos no bem-estar público subiram de 1,5 bilião de liras em 1930 a 6,7 biliões de liras em 1940, isto é, de 6,9% a 20,6% do total das receitas dos impostos locais e estatais»²⁰, indicando que, até durante o período de novas e maciças despesas militares — geralmente consideradas como uma espécie de índice de modernização —, os programas de bem-estar público incrementaram rapidamente.

Não havia nada especificamente revolucionário ou de esquerda na política económica fascista²¹. Não foi desenvolvido nenhum «sistema corporativo» completo, e, na maior parte do tempo, o sector privado, e as grandes empresas em particular, gozaram duma considerável liberdade. Os investimentos directos do estado na indústria e no sector financeiro só começaram como medida de emergência durante a depressão com a introdução do IRI (Instituto para a Reconstrução Industrial), em 1933. Pelo fim da década, o IRI possuiu 17,8% do capital activo da indústria italiana²², colocando a Itália virtualmente empatada com a Polónia na segunda maior proporção de participações estatais entre os países europeus.

Depois de notar as prioridades básicas fascistas em relação ao nacionalismo, Gregor conclui:

«Em resumo, por volta de 1937, a Itália tinha-se tornado uma nação industrial moderna. Pela primeira vez na sua história, a produção industrial excedeu a da agricultura. A Itália tinha recuperado da depressão com um volume geral de produção (1913 = 100) que atingiu um nível de 153,8 em 1938, em comparação com o 132,9 atingido em 1929 — um desempenho pelo menos comparável com o da Alemanha, cujo índice era de 149,9, e do Reino Unido, cujo índice era de 158,3, e consideravelmente melhor do que o da França, que definhava em 109,4. A Itália fascista, de facto, manteve um nível de desenvolvimento industrial pelo menos igual ao dos seus vizinhos, que eram mais favorecidos no campo de matérias-primas, enquanto ela se esforçava para alcançar um grau de auto-suficiência que requeria um envolvimento enorme em termos de matérias-primas e capitais de investimento. Enquanto a extensiva cartelização da indústria italiana e a abundância de mão-de-obra relativamente

barata proporcionava poucos incentivos intrínsecos para a inovação tecnológica e a modernização industrial, a produção *per capita* na Itália fascista subiu do índice de 126,3 (1913 = 100) em 1929 a 145,2 em 1938, um desempenho de produção que ultrapassava o de todas as outras nações industriais ou em vias de industrialização, salvo a Noruega e a Suíça. Da mesma maneira, durante o mesmo período, a produção por hora na Itália fascista era superior à conseguida em quase todas as outras nações europeias, com a excepção da Noruega²³.»

Gianni Toniolo, porventura o historiador de economia mais importante no campo do fascismo, recolheu dados sobre o crescimento económico para toda a era fascista antes da II Guerra Mundial, que colocam os resultados italianos num nível muito mais medíocre, como indica o quadro 1.

Quadro 1

Crescimento económico na Europa ocidental 1922-1938	
País	Taxa média anual percentual
Itália	1,9
Grã-Bretanha	2,2
Alemanha	3,8
França	1,4
Suíça	4,1
Europa ocidental	2,5

Fonte: Gianni Toniolo, *L'economia dell'Italia fascista* (Roma-Bari, 1980), 6.

Ponderações diferentes podem produzir resultados diferentes. A década pré-fascista foi, em si, um período de crise e crescimento ao mesmo tempo. A comparação com a Suíça é irrelevante, enquanto o comportamento ligeiramente melhor da Inglaterra, nesta particular comparação, é devido ao crescimento relativamente rápido dos finais dos anos trinta. O desempenho mais pobre da França é devido à estagnação durante os primórdios dos anos trinta, após o desenvolvimento rápido na década precedente.

Reciprocamente, se examinarmos os dados recolhidos por Paul Bairoch para as duas décadas entre 1913 e 1933, verificamos que a actuação da economia italiana tem uma aparência diferente, como mostra o quadro 2.

ESTADO DA QUESTÃO

Quadro 2

Produção económica em termos reais <i>per capita</i> (1913 = 100)	
País	Índice em 1933
França	121,7
Suécia	120,0
Itália	111,6
Espanha	109,8
Europa	102,0
Reino Unido	99,9
Alemanha	94,6

Fonte: Paul Bairoch, «Europe's Gross National Product (1875-1975)»,
The Journal of European Economic History, 5 (1976), 297.

Se considerarmos só os anos da depressão, a perspectiva muda novamente, para o equivalente quase exacto da norma europeia, como mostra o quadro 3.

Quadro 3

Índice da produção líquida em termos reais <i>per capita</i> em 1933 (1929 = 100)	
Suécia	97,4
Reino Unido	95,9
Itália	95,2
Europa	95,1
Alemanha	93,0
França	86,2

Fonte: *ibid.*

Pierluigi Ciocca, em geral crítico da política económica fascista, concorda, achando que entre 1929 e 1933 o produto nacional italiano baixou 5,4% e a produção industrial 22,7%, em comparação com as médias gerais da Europa ocidental de 7,1 e 23,2%, respectivamente²⁴. Com a inclusão do novo crescimento económico, estimulado pelo rearmamento e a guerra da segunda metade dos anos trinta, o comportamento económico geral italiano durante a época de depressão do crescimento industrial de 1,7% foi menor do que o da Alemanha e consideravelmente menor do que o da Suécia, mas estava só pouco abaixo da norma da Europa ocidental e bem acima do número de menos 2,8% para a França democrática e liberal²⁵.

Como já era patente na segunda metade dos anos 20, aquilo que era distintivo na política económica fascista não era a sua oposição à industrialização e à modernização, mas que estava projectada para autarcia, auto-suficiência e o crescimento de indústrias, como a química e a metalurgia, que podiam ser mais úteis para o rearmamento (todas estas tendências eram, igualmente, paralelas às da União Soviética). A imposição muito elogiada da «Quota Novanta», que desvalorizou a lira em 1926, era parcialmente um caso de prestígio internacional, mas, também, a primeira demonstração dramática do afastamento duma economia de exportação do tipo que tinha alimentado o *boom* relativo da primeira metade dos anos 20. Esta fundamental prioridade económica do regime pode ser considerada «antimoderna», em comparação com os termos de crescimento económico da economia mundial antes de 1914, durante os anos 20 e depois de 1950, mas era uma característica fundamental, participada não só com a Alemanha nazi mas também com a União Soviética e muitas ditaduras nacionalistas e comunistas do nosso século. Além disso, a Itália fascista não sustentava um incremento na produção doméstica de alimentos durante os anos 30, ao contrário do modelo revolucionário moderno da União Soviética.

A argumentação, que tem sido avançada por críticos, de que a taxa do desenvolvimento económico italiano era mais alta antes de 1914 ou depois de 1947, não bate certo, porque não se pode facilmente fazer uma comparação entre o difícil período entre as duas guerras e os *booms* antes da I Guerra Mundial ou depois da II Guerra Mundial. Em comparação com outras economias em fases similares de desenvolvimento durante o mesmo período histórico, o sistema italiano funcionou razoavelmente bem²⁶. Reciprocamente, a grande industrialização estalinista na União Soviética foi realizada através de uma exploração catastrófica da economia rural e investimentos humanos e económicos altamente desproporcionais — nem sequer uma prestação superior, visto que o rendimento *per capita* soviético não excedeu o nível de 1928 até 1953. Além disso, em três dos quatro estados industriais que conheceram um rápido incremento da produção em finais dos anos 30 — a Alemanha, o Japão e a União Soviética —, isto foi devido, em larga medida, a um complexo de indústria militar muito expansivo. Não obstante a retórica estrondosa de Mussolini, que considerou a Itália «num estado permanente de guerra», ele nunca fez investimentos verdadeiramente grandes na produção militar até esses anos.

A industrialização é só um entre os vários indícios principais da modernização. Uma das características mais singulares do regime italiano, no seu tempo, era o seu

ênfase na ecologia, no *redimensionamento* da estrutura sócio-económica nacional, que apontava para um controlo da urbanização, um melhoramento das condições ambientais, uma promoção da rearborização, e a conservação no campo duma alta percentagem da população rural. Depois de 1980, conceitos como estes ficaram populares, mas se promovidos pelo fascismo nos anos 30 seriam considerados, duma certa maneira, «antimodernos», em vez de prescientes e precoces. De certa maneira, o ecologismo fascista parece ter sido um pressentimento sofisticado dos problemas da urbanização e industrialização do século XX, muito antes de os social-democratas terem começado a dar-se conta desses problemas.

O regime fascista também executou uma reorganização fundamental do sistema bancário italiano e dos códigos civil, comercial e penal estatais. Estas reformas sobreviveram por muito tempo ao fascismo e fizeram parte da estrutura básica do pós-guerra depois de 1945, e podem todas ser consideradas como realizações fundamentais na revisão institucional e modernização.

O registo em alguns dos programas sociais básicos, todavia, era bastante diferente. A reforma fascista da educação, introduzida por Giovanni Gentile, era claramente classicista em vez de modernizadora, consagrada muito mais à humanística do que às ciências. A última reforma fascista importante, a Carta della Scuola de 1939, de Giuseppe Bottai, resultou numa certa racionalização do sistema educativo italiano, mas não venceu realmente as limitações da lei de 1923²⁷. O ensino primário básico expandiu-se consideravelmente sob o fascismo, como em todos os regimes modernizadores, mas o alcance da educação católica aumentou igualmente — teoricamente um entrave à secularização moderna (mas, de facto, provavelmente mais funcional na promoção de uma modernização básica do que muito da política de ensino italiano).

Ainda mais infelizes foram os esforços do regime para instituir uma sociedade mais austera, militarmente disciplinada e prolífica. Mussolini, afinal, ficou convencido de que um futuro criativo dependia duma austeridade geral, de o povo «comer menos». Se modernização significa hedonismo e consumismo, então o espírito heróico e militar de austeridade procurado pelo fascismo era claramente antimoderno. Igualmente infelizes foram as tentativas perversas de levantar a taxa de natalidade nacional, que continuava num declínio geral. Só na promoção do desporto e de actividades de lazer é que o regime obteve um maior grau de êxito²⁸.

O balanço não é de modernização pura nem de antimodernismo puro, mas de uma mistura complexa, distinta de qualquer um dos dois mencionados acima. Na industrialização e tecnologia, a Itália fascista tinha pelo menos um moderado êxito. As ideias culturais fascistas mais amplas, insurgindo-se contra as prioridades do século XIX, eram opostas ao urbanismo, racionalismo e secularismo genuíno (embora sendo anticlericais e anticristãs), consagradas a realizar uma nova contracultura que, em certos aspectos, era modernista, mas em outros romana e militar.

Todavia, os investigadores que consideram o fascismo como geralmente antimoderno, não se referem, usualmente, à Itália fascista mas à Alemanha nazi. Mais

precisamente, o debate sobre fascismo e modernização tendeu a girar em torno da extensão em que se produziram as principais transformações sociais e económicas durante os doze anos do regime de Hitler, anos dos quais mal se conheceu um em que a vida decorreu numa normalidade absoluta. Os três anos de recuperação da depressão (1933-1936) foram sucedidos por três anos de rearmamento rápido (1936-1939), e estes por uma guerra sem fim que, finalmente, resultou numa mobilização quase total.

Os dois adeptos mais conhecidos do conceito do III Reich como regime socialmente modernizador são Ralf Dahrendorf e David Schoenbaum. Dahrendorf argumentou que o sistema nacional-socialista tivesse produzido «uma revolução social», que causava «a ruptura com a tradição, e, portanto, um impulso para a modernidade», ao destruir as barreiras sociais herdadas da era Wilhelminiana²⁹. *Hitler's social revolution*, de Schoenbaum, concorda neste ponto, enquanto observa que, algumas vezes, a mudança social era mais orientada para a condição psicológica do que para uma estrutura social concreta. Todavia, conclui que ocorreu «uma revolução de classe e uma revolução de condição ao mesmo tempo», que, pelo menos em termos de condição, se elevava ao «triunfo do igualitarismo» no *Volks-gemeinschaft* nacional³⁰. Estes pontos de vista são confirmados pelo estudo mais recente de Werner Abelshauser e Anselm Faust, que vêem o III Reich como «um catalisador da modernização»³¹. Todas estas interpretações contrariam as teorias marxistas e, igualmente, as avaliações de investigadores liberais ocidentais que vêem o nacional-socialismo como inerentemente antimodernista.

Horst Matzerath e Heinrich Volkmann adoptaram uma aproximação mais matizada, interpretando o nacional-socialismo não tanto como uma tentativa de resolver os problemas da modernização, mas como antimodernismo como esforço para uma terceira via utópica. Embora promovesse, em certos aspectos, a modernização social, isto é visto como contraditório, não racional e disfuncional, obtendo só uma «pseudomodernização»³². Alguns críticos concluíram que as estruturas básicas e a lealdade entre os grupos dentro da sociedade alemã sofreram mudanças relativamente pequenas e que o padrão de distribuição de rendimento ficava praticamente inalterado. As mudanças que discerniram, foram o resultado inevitável da ulterior industrialização e não de qualquer reforma radical ou revolução³³.

Para a maioria dos investigadores recentes existe, actualmente, uma tendência para concordar com a visão de Schoenbaum do nacional-socialismo efectuando uma pequena alteração na condição psico-social, discordando, todavia, com a ideia de qualquer mudança decisiva da própria estrutura social. Mudanças verdadeiramente importantes só ocorreram na fase final do período nazi, não sob o impacto da política nazi *em si*, mas da guerra total e derrota completa. Detlev Peukert desenvolveu uma interpretação mais sofisticada, argumentando que a contribuição do nacional-socialismo a uma fase subsequente da modernização alemã poderia assentar-se na atomização da sociedade através de despolitização. Em consequência disto, os alemães teriam sido encorajados a retirar-se na esfera privada, o que contribuiria

para os incentivos económicos individuais e o consumismo, elementos centrais do *Wirtschaftswunder* da pós-guerra³⁴.

Um aspecto notavelmente antimoderno da política nazi é o da educação. Aqui, a subordinação de critérios científicos e racionais a valores políticos era especialmente notável. Uma característica sua como a expansão da educação física pode ter, à primeira vista, uma aparência tipicamente moderna, mas a sua extensão até a incluir em 15% do tempo lectivo, com o boxe a tornar-se uma das matérias obrigatórias para os rapazes das últimas turmas, não parece racional. O declínio da disciplina e das normas curriculares já tinha ficado patente no início da guerra.

O que aconteceu nas universidades era ainda mais notável, visto que, em 1931, 60% dos estudantes tinham apoiado a Liga de Estudantes Nazi, possivelmente a proporção mais alta de apoio ao nazismo de todos os sectores da sociedade. Pouco menos de 15% do professorado foi destituído, e nas ciências naturais até 18%. O número total de estudantes diminuiu de 128 000 em 1933 a um mero 58 000 em 1939, embora as exigências tecnológicas da guerra produzissem uma mudança na atitude perante o trabalho, por exemplo, dos físicos, e a «física nova»³⁵.

A política nazi em relação às mulheres era de tal maneira sexista e tradicionalista que tem sido considerada, quase sem excepções, claramente antimodernista. Todavia, tendo em conta que foi feito um esforço de mobilizar as mulheres, essa política pode ser considerada, num certo sentido, modernizadora. Por volta de 1938, a política oficial de desencorajar o emprego de mulheres tinha sido invertida, e o emprego feminino subiu de 11,5 milhões em 1933 a 12,7 milhões em Maio de 1939, este último número, todavia, não sendo suficiente para suprir as necessidades. A percentagem de mulheres entre os estudantes universitários subiu de 17% em 1933 a 20% em 1940, e a percentagem de mulheres que completaram o curso subiu de 5,6 em 1930 a 7,6 em 1939. Bem sucedida era a política de levantar a taxa de natalidade — presumivelmente um indício de antimodernismo — e o regime permaneceu suficientemente fiel aos seus princípios básicos, visto que os trabalhos forçados para mulheres só foram instituídos em 1943, muito tardio para a Alemanha em guerra³⁶.

Um elemento fulcral de muitos dos aspectos do impulso aparentemente antimodernista do nacional-socialismo era o seu planeamento ecológico, que procurou restringir o crescimento urbano e proporcionar aos alemães um estilo de vida mais saudável no campo, eventualmente realizando um Reich mais verde. O ambientalismo nazi merece, no fundo, o mesmo comentário que o da Itália fascista. Por um lado, foi professado mais em teoria do que na prática, mas o próprio conceito era, por outro lado, muito avançado pelo seu tempo em termos de reforma ecológica.

Nunca foi contestado que certos processos fundamentais da modernização aceleraram sob o nacional-socialismo, visto que a urbanização incrementou e a industrialização expandiu rapidamente. Em geral, isto é atribuído, e com razão, a uma adaptação às exigências naturais de um estado forte do século XX e a uma poderosa máquina de guerra. Além disso, todavia, Jeffrey Herff tem vindo a chamar a atenção para aquilo que ele chama «modernismo reaccionário», uma forte tensão

na cultura moderna alemã que combinava valores não modernos com uma forte fascinação para a tecnologia³⁷. Em relação a isto, é de notar que as necessidades da indústria moderna eram fundamentais para os conceitos de autarcia de Hitler. Indubitavelmente, nenhum líder dos tempos modernos foi tão longe na aquisição de meios necessários para a economia moderna.

A política cultural e económica nacional-socialista ia muito além do ponto de simplesmente tolerar a industrialização como um mal necessário e, uma vez no poder, não tardou muito a desenvolver o seu próprio culto de eficiência tecnológica. Anson G. Rabinbach chamou a atenção para o movimento *Kraft durch Freude* nas fábricas como «um notável exemplo do modernismo e do culto de eficiência nazis, que ofuscava o tradicionalismo da ideologia nazi dos anos anteriores»³⁸. Rabinbach observa que, depois de 1936,

«a extensão da racionalidade técnica a todos os aspectos do processo de produção no Plano Quadriannual foi igualmente aplicada à ideologia. O objectivo de emprego para todos, de acabar com a crise económica e de supremacia industrial e expansão militar, fazia o nazismo abandonar o seu 'antimodernismo utópico' para as necessidades institucionais e ideológicas da produção bélica. Se o apoio das massas ao nazismo assentava na sua promessa duma Alemanha liberta dos descontentamentos do capitalismo, da racionalização e do eclipse de valores tradicionais, a sua função histórica era de expelir os modelos de cultura tradicionais que conflitaram com os métodos modernos de produção. Em *Kraft durch Freude*, esta mudança de valores culturais foi objectivada ideológica e administrativamente. O ênfase na produção e na glorificação da tecnologia como objectivos últimos foi afirmada por personalidades e princípios derivados da *Neue Sachlichkeit* que tinha sido influente na Alemanha dos anos 20. A estetização da tecnologia da máquina, os processos de trabalho taylorizados e a eficiência deram uma *raison d'être* cultural às novas necessidades do regime.»³⁹

Qualquer avaliação final em relação ao modernismo do nacional-socialismo deve basear-se no grande projecto de revolução racial de Hitler⁴⁰, indubitavelmente o projecto político mais fatídico do século XX, que é, todavia, praticamente inconcebível em cenário algum que não seja ultramodernista. É absurdo interpretar o hitlerismo como um fenómeno meramente tradicional, reaccionário, «feudal» ou duma outra categoria pré-moderna, visto que era tão obviamente um produto sintomático do mundo moderno. As ideias de Hitler tinham raízes, parcialmente, no novo cientismo das ideias antropológicas e biológicas alemãs do fim do século XIX⁴¹. Até o profundo interesse pelo oculto dos dirigentes nazis não estava orientado tanto para a superstição popular tradicional quanto estava para os novos mitos modernos e raciais do supranatural⁴². Hitler rejeitava, no fundo, praticamente todas as ideias tradicionais e pré-modernas formais da cultura europeia, sobretudo o seu cristianismo histórico, e era um escarneador impiedoso da «superstição» pré-moderna. De facto, o racismo nazi só era concebível na primeira metade do século XX, mas nunca

anteriormente a esse período. A antropologia humana naturalística e animalística dos nazis era um conceito estritamente moderno sem quaisquer paralelos pré-modernos.

Todas as ideias políticas de Hitler tinham raízes em variantes no Iluminismo⁴³ — o conceito da nação como a suprema força histórica, as noções de soberania política superior derivada da vontade geral do povo⁴⁴ e das diferenças raciais inerentes à cultura humana. Estas foram derivações distintas da antropologia do iluminismo que rejeitava a teologia pré-moderna e as raízes comuns e interesses transcendentais da humanidade. A cultura moderna baseia-se no culto da vontade, e Hitler limitou-se a levar isto a um extremo absoluto. O próprio conceito do nacional-socialismo como «a vontade de criar um novo homem» só era possível no contexto do século XX como uma ideia tipicamente moderna e antitradicional. O mesmo pode-se dizer do objectivo nazi de autonomia extrema, uma liberdade radical para o povo alemão. Hitler levava o objectivo moderno de ultrapassar os limites e de bater novos recordes até a um ponto extremo. A doutrina moderna de 'o homem é a medida de todas as coisas' não era tão dominante para outros movimentos como para o nacional-socialismo⁴⁵.

O derradeiro horror do genocídio de grande alcance é um desenvolvimento prototípico do século XX, da Turquia à Rússia, da Alemanha ao Cambodja e à África. A contribuição única nazi era de modernizar o processo como nunca antes ou depois, e de realizar o genocídio mais eficazmente e cirurgicamente do que os outros grandes exterminadores da União Soviética e do Cambodja fizeram. O programa de genocídio de Hitler nem era mais nem menos «racional», visto que o objectivo de genocídio é sempre político, ideológico ou religioso — não é um caso de fins económicos práticos.

De facto, o nacional-socialismo constituiu uma forma única e radical de revolucionismo moderno. Karl Bracher, por exemplo, identificou as seguintes qualidades revolucionárias do nacional-socialismo:

1. Um novo culto supremo de chefia do *Führer* como o «artista-génio»
2. O esforço de desenvolver uma nova estrutura social-darwinista do estado e da nação.
3. A substituição do nacionalismo tradicional pela revolução racial.
4. O desenvolvimento dum novo sistema de (tipos de) socialismo nacional, regulado pelo estado, na economia.
5. A implementação da revolução da condição orgânica para uma nova *Volksge-meinschaft* nacional.
6. O objectivo dum tipo de imperialismo racial completamente novo, numa escala mundial.
7. Uma ênfase em métodos novos de tecnologia avançada utilizados nos *mass media* e a mobilização das massas, um culto de nova eficiência tecnológica, novas tácticas militares e tecnologia, realçando a tecnologia aérea e automotiva⁴⁶.

Esta lista podia ser mais requintada e pormenorizada, mas já contém os elementos mais importantes. Para os leitores interessados nos movimentos de libertação nacionais como índice de modernização, lembra-se que, durante a II Guerra Mundial, a promoção dos movimentos de libertação nacionais entre as populações das colónias e as minorias nacionais foi quase exclusivamente o trabalho das potências do Eixo⁴⁷.

A revalorização mais extensiva é a que foi feita recentemente por Rainer Zittelmann, que realçou a determinação final muitas vezes expressa por Hitler de derrubar a ordem materialista burguesa-capitalista, e o carácter modernizador da sua utopia. Para Zittelmann, Hitler não estava interessado em defender a propriedade privada e, finalmente, projectava uma série de nacionalizações que revalorizasse a posição da classe operária e, mais importante ainda, sujeitasse a economia à política. Hitler só tinha um interesse tático e temporário na sociedade agrária e pré-industrial e nunca procurou uma utopia primariamente agrária, como muitos investigadores argumentaram. Zittelmann conclui que o carácter do novo *Lebensraum* no Leste, tal como era concebido por Hitler, tem sido mal compreendido, visto que devia ser, em primeiro lugar, uma fonte de produtos alimentares e matérias-primas, que só serviriam para reforçar o carácter industrial do centro alemão⁴⁸.

O fascismo era fundamentalmente modernista, mas não estava interessado na modernização *em si só* e combateu vigorosamente certos aspectos da modernização, ou tentava ajustá-los novamente duma maneira fundamental⁴⁹. O fascismo era sobretudo um produto da nova cultura e do intenso darwinismo social internacional do início do século XX, orientado para a guerra⁵⁰ e mudanças internacionais modernas. A sua mentalidade guerreira pagã chocou-se com o impulso moderno para a racionalização, mas os próprios estados fascistas tiveram que incorporar funções primordiais da racionalização na sua luta para prevalecer. A cultura guerreira foi o aspecto mais arcaico do fascismo, e era um dos aspectos individuais mais importantes entre as muitas formas diferentes de revolta do século XX contra o racionalismo e o cientismo, uma revolta que tem continuado durante todo o período posterior a 1945 e que procura formas sempre novas, mas nem sempre tão destrutivas.

Pode-se concluir que, provavelmente, a única maneira de relacionar o fenómeno geral do fascismo europeu com o processo geral de modernização em todos os seus aspectos assenta na relação do fascismo com muitos dos países que entraram tardiamente nos sistemas estatais e industriais europeus do fim do século XIX e início do século XX⁵¹. Até a Alemanha se realizou tardiamente, sobretudo no que diz respeito à modernização política e à expansão imperialista, embora gerasse um ímpeto enorme no seu desenvolvimento industrial e tecnológico. O fascismo não era muito atractivo para os sistemas políticos, já estabelecidos havia mais tempo, e as sociedades económicas da Europa do Norte e Noroeste, mas exerceu a sua atracção máxima através de variantes da teoria da «nação proletária». Os seus valores últimos e mais distintos em relação à violência, à guerra, ao nacionalismo, ao racismo e ao darwinismo social foram um produto típico de uma determinada e importante fase

da modernidade, embora militasse de uma certa maneira contra alguns dos aspectos primordiais do processo de modernização. A utopia guerreira fascista era simplesmente uma alternativa diferente, distinta do tradicionalismo, do capitalismo liberal ou do materialismo comunista. Procurava incorporar certos aspectos da modernização, enquanto rejeitava e modificava outros, no seu caminho à realização abortiva da utopia nacionalista e racista que imaginava.

- ¹ Marco Rivelli, in *The social bases of European fascist movements*, New York, ed. D. Mühlberger, 1, 1987.
- ² James Burnham, *The managerial revolution*, New York, 1941.
- ³ Talcott Parsons, «Some sociological aspects of the fascist movement», in *Essays in sociological theory*, New York, ed. T. Parsons, 1954.
- ⁴ Henry A. Turner Jr., «Fascism and modernization», *World politics* 24:4, 1972, 547-64, reimpresso em *Reappraisals of fascism*, New York, ed. H. Turner, 1975, 117-39. O clássico de Ernst Nolte, *Three faces of fascism*, New York, 1966, tende nesta direcção. Nota-se, contudo, que Turner tem dúvidas quanto à aproximação inteiramente genérica e sugere que a relação num país subdesenvolvido como a Itália poderia ter sido significativamente diferente da do caso alemão.
- ⁵ Por exemplo, David Apter, *The politics of modernization*, Chicago, 1965; C.E. Black, *The dynamics of modernization*, New York, 1966; e A.F.K. Organski, *The stages of political development*, New York, 1965. Nota-se que Organski refere, em primeiro lugar, a Itália, onde é de opinião que o fascismo permitiu a «acumulação forçada» necessária para a industrialização.
- ⁶ Os critérios usados para a identificação genérica dos movimentos fascistas são aquelas delineadas no meu *Fascism: comparison and definition*, Madison, 1980.
- ⁷ O termo foi inventado, pelo menos nos estudos sobre o fascismo, por Zeev Sternhell no seu capítulo «Fascist ideology», in *Fascism: a reader's guide*, Berkeley, Los Angeles, 1976, ed. W. Laqueur, 315-76.
- ⁸ David D. Roberts, *The syndicalist tradition and Italian fascism*, Chapel Hill, 1979; A.J. Gregor, *Young Mussolini and the intellectual origins of fascism*, Berkeley, Los Angeles, 1979; Francesco Perfetti, ed., *Il sindacalismo fascista*, Roma, 1988, e *Fiumanesimo, sindacalismo e fascismo*, Roma, 1988; Sergio Panunzio, *Il fondamento giuridico del fascismo*, Roma, 1987; e Zeev Sternhell, M. Sznayder e M. Asheri, *Naissance de l'idéologie fasciste*, Paris, 1989.
- ⁹ Vide os cinco volumes da biografia clássica de Mussolini por Renzo de Felice, Turim, 1965-81, e, igualmente, a sua entrevista com Michael Ledeen, *Intervista sul fascismo*, Roma, Bari, 1975, e os seus comentários na sua enorme edição de teorias e interpretações, *Il fascismo: le interpretazioni dei contemporanei e degli storici*, Bari, 1970.
- ¹⁰ Ian Kershaw, *The nazi dictatorship*, Londres, 1985, 134.
- ¹¹ Sobre Déat, vide Philippe Burrin, *La dérive fasciste: Déat, Doriot, Bergery*, e Stanley Grossman, «Neo-socialism: a study in political metamorphosis», Ph.D. diss. não publicada, University of Wisconsin, 1969.
- ¹² Existe uma literatura possivelmente desproporcionada sobre a história do fascismo inglês, que é largamente enumerada no estudo mais recente de Richard Thurlow, *Fascism in Britain: a history 1918-1985*, Oxford, 1987.
- ¹³ Deve ser mencionado aqui que sectores de ultra-direita da grande indústria (*big business*) francesa viram a Croix de Feu e algumas das ligas da direita radical como possíveis veículos para a promoção duma forma tecnocrática de autoritarismo. Klaus-Jürgen Müller,

- «French fascism and modernization», *Journal of Contemporary History* (daqui em diante citado como JCH), 11:4, Out., 1976, 75-107.
- 14 José Luis de Arrese, *La revolución social del Nacional-sindicalismo*, Madrid, 1940, escrito em 1936, nas vésperas da Guerra Civil, foi a exposição mais completa dos desígnios falangistas, mas não continha um programa muito explícito de modernização económica.
- 15 Os principais inquéritos são *Who were the fascists*, Oslo, 1980, ed. S. Larsen, et al., e, mais recentemente, *The social basis of European fascist movements*, Londres, 1987, ed. D. Mühlberger.
- 16 Evidentemente, os dados são ligeiramente diferentes, dependendo se se olhar para a filiação no partido ou para a clientela eleitoral (ou para a milícia do partido, também). Michael H. Kater, *The nazi party*, Cambridge, 1983, é o principal estudo sobre a filiação no partido, enquanto as obras mais importantes sobre o eleitorado são as de Richard F. Hamilton, *Who voted for Hitler?*, Princeton, 1982, e Thomas Childers, *The nazi voter*, Chapel Hill, 1984.
- 17 A tese de Gregor tem a sua expressão mais completa no seu *Italian fascism and developmental dictatorship*, Princeton, 1979. Vide, também, o seu *The fascist persuasion in radical politics* (Princeton, 1974), e, para uma apresentação mais breve, o seu «Fascism and modernization: some addenda», *World Politics*, 26:3, Abril, 1975, 370-5. Esta aproximação foi sugerida, até certo ponto, por Franz Borkenau, em 1933, e foi aplicada provisoriamente pelo historiador húngaro Mihaly Vajda. Ela tem sido adiantada por investigadores italianos em Mario Abrate, et al., *Il problema storico del fascismo*, Florença, 1970, e Ludovico Garruccio (pseud.), *L'industrializzazione tra nazionalismo e rivoluzione*, Bolonha, 1969. Os fins produtivistas e modernizadores do fascismo original foram expostos por Roland Sarti, «Fascist modernization in Italy: traditional or revolutionary?», *American Historical Review*, 75:4, Abril, 1970, e Edward R. Tannenbaum, «The goals of Italian fascism», *American Historical Review*, 70:4, Abril, 1969, 1183-1204.
- 18 Martin Clark, *Modern Italy 1871-1982*, Londres, 1984, 268.
- 19 *Ibid.*
- 20 *Ibid.*, 267.
- 21 Para ulteriores debates sobre o fascismo italiano e revolução, vide os capítulos de Leo Valiani («Il fascismo, controrivoluzione e rivoluzione») e Dino Cofrancesco («Fascismo; destra o sinistra?»), in *Fascismo e nazionalsocialismo*, Bolonha, 1986, ed. K. Bracher e L. Valiani.
- 22 Roland Sarti, *Fascism and the industrial leadership in Italy 1919-1940*, Berkeley, 1971, 123.
- 23 Gregor, *Developmental dictatorship*, 161.
- 24 Pierluigi Ciocca, «L'economia nel contesto internazionale», in *L'economia italiana nel periodo fascista*, Bolonha, 1976, ed. P. Ciocca e G. Toniolo, eds., 36.
- 25 Cf. Derek Lomax, *The inter-war economy of Britain, 1919-1939*, Londres, 1970.
- 26 Uma crítica empírica sóbria é dada por Arnold Hughes e Martin Kolinsky, «'Paradigmatic fascism' and modernization: a critique», *Political Studies*, 24:4, Dez., 1976, 371-96, e nos artigos económicos em *Il regime fascista*, Bolonha, 1974, ed. A. Acquarone e M. Vernassa.
- 27 Tracey Koon, *Believe, Obey, Fight: political socialization of youth in fascist Italy, 1922-1943*, Chapel Hill, 1985; Maurizio Barbagli, *Educating for unemployment: politics, labor markets, and the school system — Italy, 1859-1973*, New York, 1982; L. Minio-Paluello, *Education in fascist Italy*, Londres, 1946; Michel Ostenc, *L'Education en Italie pendant le fascisme*, Paris, 1980.
- 28 Cf. Victoria de Grazia, *The culture of consent: mass organization of leisure in fascist Italy*, New York, 1981.
- 29 Ralf Dahrendorf, *Society and democracy in Germany*, Londres, 1968, 403.
- 30 David Schoenbaum, *Hitler's social revolution*, New York, 1967, 272-73.
- 31 Werner Abelshausen e Anshelm Faust, *Wirtschafts- und Sozialpolitik. Eine national-sozialistische Sozialrevolution?*, Tübingen, 1983.

- ³² Horst Matzerath e Heinrich Volkmann, «Modernisierungstheorie und Nationalsozialismus», in *Theorien in der Praxis des Historikers*, Göttingen, 1977, 100.
- ³³ Assim Jens Albers, fazendo uma comparação entre vários indicadores sócio-económicos do III Reich e da República Federal, achou que as acelerações decisivas se efectuaram após a constituição da última. «Nationalsozialismus und Modernisierung», *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, Junho, 1988.
- ³⁴ Detlev J.K. Peukert, *Inside nazi Germany*, New Haven, 1987, 241-42. Peukert declara ainda: «O nazismo surgiu como rebelião sem destino contra o impulso para a modernização que estava ligado à crise dos anos 20; todavia, uma vez no poder, incorporou e identificou-se com as tecnologias e tendências da modernidade.» «De facto, as tendências de longo prazo características duma sociedade industrial moderna, que foram interrompidas pela crise económica mundial, continuaram em pé. Muitas dessas tendências foram encorajadas deliberadamente pelos nacionais-socialistas; outras foram aceites pragmaticamente; mas algumas persistiram em contradição com o esquema do NSDAP, e, por assim dizer, atrás das costas do partido. Neste sentido, não se pode falar propriamente de 'revolução social de Hitler', embora o efeito resultante deste paralelogramo de forças meramente destrutivas fosse que, das ruínas do III Reich no fim da guerra, emergiu uma sociedade mais 'moderna'.» Pp. 248, 247.
- ³⁵ Vide Alan Beyerchen, *Scientists under Hitler*, New Haven, 1977, e Mark Walker, *German National Socialism and the quest for nuclear power, 1939-49*, New York, 1989, e, igualmente, o artigo de Walker, «National Socialism and German physics», *JCH*, 24:1, Jan., 1989, 63-90.
- ³⁶ Vide Jill Stephenson, *Women in Nazi society*, Londres, 1975, e *The Nazi organization of women*, Londres, 1980.
- ³⁷ Jeffrey Herf, *Reactionary modernism: technology, culture and politics in Weimar and the Third Reich*, Cambridge, 1984.
- ³⁸ Anson G. Rabinbach, «The aesthetics of production in the Third Reich», *JCH*, 11:4, Out., 1976, 43-74.
- ³⁹ *Ibid.*
- ⁴⁰ O melhor resumo analítico do projecto é o de Milan Hauner, «A German racial revolution?», *JCH*, 19:4, Out., 1984, 669-87.
- ⁴¹ Daniel Gasman, *The scientific origins of National Socialism*, New York, 1971.
- ⁴² Dusty Sklar, *Gods and beasts: the Nazis and the occult*, New York, 1978, e Joseph J. Carr, *The twisted cross: the occultic religion of Hitler and the New Age Nazism of the Third Reich*, Shreveport, 1985.
- ⁴³ Isto é, largamente, a tese de Marcel Déat, *Révolution française et révolution allemande*, Paris, 1943.
- ⁴⁴ É descurado convenientemente que o *Führerprinzip* seja eminentemente Rousseauiano. «Na concepção de Rousseau, só um líder de génio divino é capaz de fundar o estado no qual os homens são livres, embora seja por constrangimento, e de determinar qual seja a vontade geral.» Louis J. Halle, *The ideological imagination*, Londres, 1971, 36. George L. Mosse elabora isto em termos das «políticas novas» das massas nacionalistas, tendo a sua raiz em doutrinas do século XVIII de soberania popular, em que os povos adoram-se a si próprios como um conjunto ou uma raça nacional, e, finalmente, não são dirigidos por leis ou parlamentos mas por uma religião nacional secular. *The nationalization of the masses*, New York, 1975, 1-20.
- ⁴⁵ Aqui devo referir de novo o trabalho não publicado de Steven Aschheim, «Modernity and the metapolitics of Nazism», University of Wisconsin, 1975.
- ⁴⁶ Karl D. Bracher, *Zeitgeschichtliche Kontroversen um Faschismus Totalitarismus Demokratie*, Munique, 1976, 60-78, e «Il nazional-socialismo in Germania: problemi d'interpretazione», in Bracher e Valiani, *Fascismo*, 31-54. A lista dada acima representa a minha própria reformulação, e não é uma transcrição exacta da de Bracher. Vide também Jacques Ellul, *Autopsy of Revolution*, New York, 1971, e Eugen Weber, «Revolution? Counterre-

- volution? What Revolution?», *JCH*, 9:2, Abril, 1974, 3-47; reimpresso em Laquer, ed., *Fascism*, 435-67.
- ⁴⁷ Não deve ser esquecido que Franklin Roosevelt se opôs vigorosamente ao imperialismo da Europa ocidental, aquiescendo, ao mesmo tempo, no imperialismo soviético. Cf. W.R. Louis, *Imperialism at bay*, New York, 1978.
- ⁴⁸ Rainer Zittelmann, *Hitler: Selbstverständnis eines Revolutionärs*, Hamburgo, 1987. A fraqueza deste estudo deve-se à apresentação demasiado coerente e muito racionalmente esquematizada de Hitler, embora a direcção para que aponta corresponda claramente com a informação disponível. Eric Dorn Brose apresentou uma análise um tanto mais qualificada, fazendo uma comparação entre as posições dos chefes nazi e fascista em relação à tecnologia: «A observação mais importante que se pode fazer é que não existe um nazismo ou fascismo modernista ou antimodernista, se os considerar da perspectiva das atitudes perante a tecnologia. Em lugar disso, parece evidente que houvesse numerosas tradições diferentes e competitivas em ambos os partidos que constrangeram tanto Hitler quanto Mussolini a ser tolerantes nestas questões doutrinárias. Cada movimento possuía: 1) modernistas reaccionários e tecnocratas; 2) partidários dum regresso ao campo e tecnofobos; 3) chefes carismáticos que deixaram um lugar para a máquina num mundo pós-industrial 'reformado'», in «Il nazismo, il fascismo, e la tecnologia», *Storia contemporanea*, 18:2, Abril, 1987, 387-405.
- ⁴⁹ De Felice empenhou-se em estabelecer uma dicotomia entre um fascismo italiano modernista e um nacional-socialismo antimodernista, no seu *Intervista sul fascismo*, ed. M. Ledeen, Bari, 1975, e no *Mussolini il Duce: Lo stato totalitario 1936-1940*, Turim, 1981. Isto reflecte, todavia, uma apreciação drasticamente reducionista e incompleta do nacional-socialismo.
- ⁵⁰ Obviamente, os regimes comunistas estavam igualmente dispostos à guerra, duma maneira diferente e mais cautelosa, enquanto apelaram constantemente à paz (o que os fascistas, ocasionalmente, também fizeram). A função crucial da guerra para a União Soviética no ápice da era fascista pode ser estudada a partir de várias obras recentes: Jiri Hochman, *The Soviet Union and the problem of collective security, 1934-1938*, Ithaca, 1984; Mikhail Heller e Aleksandr M. Nekrich, *Utopia in power*, New York, 1986, 322-69; Evgeny Gnedin, *Iz istorii otnoshenii mezhdru SSSR i fashistkoi Germaniei*, New York, 1977; e Bianka Pietrow, *Stalinismus, Sicherheit, Offensive: Das «Dritte Reich» in der Konzeption der sowjetischen Aussenpolitik, 1933-1941*, Melsungen, 1983.
- ⁵¹ Cf. as conclusões de John Hiden e John Farquharson, *Explaining Hitler's Germany*, Totowa, N.J., 1983, 169-70.